



Ministro da Defesa pede apoio a mudanças na carreira militar

General Azevedo e Silva também defendeu revisão, para as Forças Armadas, da emenda constitucional que congelou por 20 anos os investimentos no setor público

Segundo o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, a proposta de reestruturação das carreiras e pensões dos militares encaminhada pelo governo ao Congresso é “superavitária, autossustentável e fiscalmente responsável”.

Em audiência ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o ministro defendeu projeto que aumenta o soldo dos militares das críticas que recebeu pelo fato de o governo tê-lo enviado junto com a proposta de reforma

da Previdência das Forças Armadas.

Azevedo e Silva também disse que a emenda constitucional que congelou por 20 anos os investimentos no setor público poderá ser revista para a área da defesa. Ele explicou que os principais contratos para projetos estratégicos em vigor na pasta foram assinados antes da vigência da emenda.

O ministro também descartou a possibilidade de uma intervenção ou uma interferência brasileira contra a crise na Venezuela. 5



Roque de Sá/Agência Senado

Azevedo e Silva participa de reunião comandada pelo senador Nelsinho Trad e acompanhada por Marcos do Val

Gerardo Menges/Agência Senado



Gerd Poppinga é ouvido por Jorge Kajuru e Carlos Viana sobre Brumadinho

Em CPI, ex-diretor da Vale diz que desconhecia os riscos nas barragens

Todos os laudos de estabilidade em relação à barragem de mineração em Brumadinho, em Minas Gerais, que rompeu em 25 de janeiro, eram positivos, segundo Gerd Poppinga, ex-dirigente da Vale.

Em audiência na CPI de Brumadinho, ele disse que está abalado com o desastre responsável pela morte de pelo menos 225 pessoas. Os senadores, no entanto, defenderam que a comoção dos

diretores da Vale não resulte em impunidade.

Poppinga disse que as empresas da mineradora são aptas para agir de forma autônoma e têm gestão independente. Ele foi criticado pelos senadores, que questionaram o desconhecimento da diretoria sobre questões de segurança que envolvam riscos à população do local das barragens, aos funcionários e ao meio ambiente. 4

Atraso em obras tirou 1,2 milhão de vagas em creches 7

Proposta acaba com atenuante para jovem condenado 6

Governo desiste de municipalizar saúde indígena 8

Plenário aprova celular reserva em caso de defeito

Projeto aprovado ontem garante ao consumidor o direito de receber um celular reserva enquanto seu aparelho estiver na assistência. 3

Projeto prevê autonomia para o Banco Central

A proposta foi anunciada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, mas ainda será enviada ao Congresso. Assunto é discutido desde 1991 pelo Senado. 2

Brasil precisa investir o dobro em saneamento, aponta Banco Mundial

Para atender as necessidades de universalização do serviço de saneamento, o Brasil precisa duplicar os investimentos em água e esgoto nos próximos anos, disse um especialista do Banco Mundial à comissão

mista da medida provisória que altera o Marco Legal do Saneamento Básico. Marcos Thadeu Abicalil defendeu a participação da iniciativa privada para contornar a situação fiscal de estados e municípios. 8

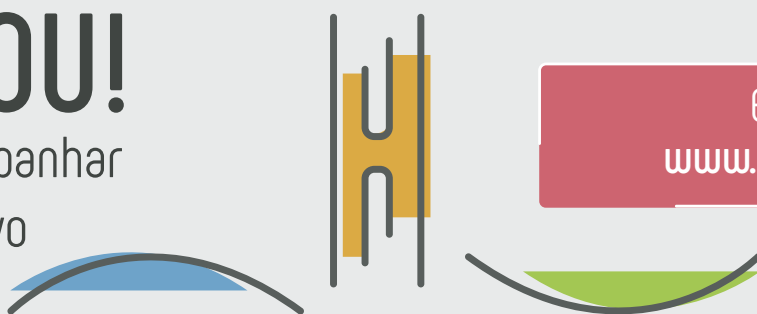


Divulgação Codevost

Hoje o Brasil investe 0,2% do produto interno bruto em água e esgoto

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

SENADO
FEDERAL

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Autonomia do BC volta à pauta do governo federal

Medida foi anunciada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro para marcar os 100 dias de gestão. O texto, que ainda será enviado ao Congresso, poderá aproveitar projeto já existente para acelerar a tramitação

UMA DAS MEDIDAS propostas ontem pelo presidente Jair Bolsonaro para marcar os 100 dias de governo é um projeto de lei complementar que garante a autonomia do Banco Central (BC). O texto ainda não foi remetido ao Congresso, mas o tema já é assunto de debates e projetos no Senado desde 1991.

A versão mais recente está no PLP 19/2019, do senador Plínio Valério (PSDB-AM). O texto prevê mandatos fixos de quatro anos para o presidente e os diretores do BC, com a possibilidade de até uma recondução. Os mandatos se iniciam no segundo semestre do segundo ano de cada governo, de modo que a gestão do BC fique desvinculada do mandato presidencial.

Pela proposta, a destituição antecipada de membros da diretoria do BC precisa de autorização do Senado, por meio de votação secreta em Plenário. Valério explica na justificativa que a relação entre o Banco Central e o Executivo

deixa a condução econômica vulnerável a guinadas políticas.

“O governo pode ser tentado a promover um maior crescimento de curto prazo, criando pressões inflacionárias, em períodos pré-eleitorais, de modo a influenciar os resultados das eleições. A autonomia formal do Banco Central impede essas pressões”, argumenta.

Sabatina

O projeto foi apresentado no início de fevereiro, poucas semanas antes da sabatina do atual comandante do BC, Roberto Campos Neto, que disse na sua exposição ser a favor da autonomia. Para ele, a medida protegeria a instituição de ingerência política e permitiria que ela cumprisse as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

— Se existe um risco, em algum momento, de o Banco Central não seguir a sua missão, obviamente, quem está olhando para aquele risco vai colocar no preço a probabili-

dade de uma ruptura. Hoje o Brasil é uma jabuticaba, porque nós temos um sistema de meta que é comparável com os de outros países, mas não temos a independência — afirmou.

Outros nove projetos já foram apresentados no Senado sugerindo a autonomia do BC, com mandatos fixos para sua cúpula. O primeiro veio em 1991. Sete das iniciativas foram projetos de lei complementar e as outras duas foram propostas de emenda à Constituição. Todas elas foram arquivadas.

O projeto de lei do governo iniciará sua tramitação pela Câmara, onde também existe uma discussão antiga sobre o tema da independência do BC. Um projeto de autoria do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, tramita desde 2003.

O PLP 32/2003, no entanto, possui uma diferença em relação aos textos que já passaram pelo Senado: ele não prevê a necessidade de consulta ao Congresso para destituição do presidente ou dos diretores do banco. A exoneração continua sendo de livre iniciativa do presidente da República, desde que se observe “desempenho insuficiente”. Apesar disso, o texto também estipula mandato de quatro anos e sem sincronia com o mandato presidencial.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, antecipou que o projeto do governo pode ter semelhanças com a proposta de Maia, e os textos podem ser combinados para dar mais rapidez à tramitação.

A proposta do governo deve prever, também, o fim do status de ministro para o presidente do banco, que existe desde 2004.



Sede do BC, em Brasília: governo enviará proposta sobre autonomia

Ouvidorias do Senado e da Câmara fazem parceria

Um grupo de servidores do Senado e da Câmara vai examinar o planejamento das Ouvidorias das duas Casas e fará um diagnóstico do trabalho que vem sendo realizado. A decisão foi tomada em reunião dos ouvidores do Senado, Marcio Bittar (MDB-AC), e da Câmara, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), para discutir a parceria entre os dois órgãos do Congresso. Segundo Bittar, a parceria pode facilitar o acesso às informações pela população.

— Tudo o que acontece aqui diz respeito à vida de todo mundo. Para que as pessoas possam ter melhores elemen-

tos para opinar, elas precisam ter acesso à informação. E acho que as Ouvidorias do Senado e da Câmara juntas podem ajudar a facilitar isso o máximo possível.

Manifestações

O objetivo, disse o senador, é que as pessoas consigam, quando quiserem, encontrar os meios e as ferramentas para reclamar, se manifestar ou esclarecer uma dúvida em relação ao Congresso e aos projetos em discussão.

Barbosa disse ser possível a aproximação para que as ouvidorias trabalhem de forma articulada. Se houver

os mesmos ideais, afirmou, as Casas legislativas sairão fortalecidas com a parceria. Para isso, ele defendeu a ideia do Parlamento Aberto.

— Hoje a sociedade cobra não só dos governos, mas também dos parlamentos do mundo inteiro, uma participação mais direta nas decisões. E os parlamentos estão discutindo todas as ferramentas necessárias para o cidadão estar próximo das decisões, influenciando, contribuindo, opinando, posicionando. O Parlamento Aberto é fazer com que haja um canal competente de diálogo com a sociedade.

Rádio Senado debate a situação de estudantes sem diplomas

A série de reportagens da Rádio Senado “O diploma distante” apresenta histórias de pessoas que estudaram por anos, mas não conseguiram o certificado de conclusão dos cursos. Milhares de estudantes, principalmente em Pernambuco e Alagoas, foram alvo de fraudes nos últimos anos. O problema tem sido

objeto de ações em Ministérios Públicos estaduais pelo país, já foi alvo de uma CPI em Pernambuco e agora foi debatido pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

“O diploma distante”
De 15 a 19 de abril, às 8h30 e às 22h

Para Eduardo, prazo é curto para avaliar governo

Eduardo Gomes (MDB-TO) afirmou ontem que ainda não é possível fazer uma avaliação dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro e do novo Congresso.

— Não é possível fazer uma análise do resultado prático da atuação legislativa, dos benefícios gerados para a população por aqueles que ganharam a eleição, receberam seus diplomas e estão exercendo mandato. Também não é possível fazer uma análise do Executivo, dadas as características diferenciadas de composição de poder que Bolsonaro adotou no governo federal.

Weverton diz que não há motivos para comemorar

Weverton (PDT-MA) afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, não tem motivos para comemorar os primeiros 100 dias de sua gestão. Segundo ele, isso acontece não por causa da oposição, mas por culpa da própria equipe que montou.

— É preciso que a equipe política do governo chame a equipe econômica e diga: mais do que superavit, mais do que números, nós temos brasileiros, nós temos pessoas. A assistência social, a saúde e a educação pedem socorro.

Randolfe: 100 dias de Bolsonaro pedem novo rumo

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse ontem que, após 100 dias, a gestão de Jair Bolsonaro precisa de um ajuste de rumo. Para ele, o presidente deve falar menos, trabalhar mais, reorganizar a equipe e apontar diretrizes.

— São 100 dias em que o presidente da República tem se divertido em polemizar com retrocessos, tem se divertido em uma espécie de via-crúcis com bizarries, ora no Carnaval, com a história do *golden shower*, ora com declarações atabaloadas de ministros.

É preciso fiscalizar o Executivo, afirma Veneziano

Veneziano Vital do Rego (PSB-PB) disse que em 100 dias não é possível ainda cobrar resultados do governo, mas que é preciso acompanhar e fiscalizar o Executivo. O senador criticou declarações do novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, segundo as quais universidades do Nordeste não deveriam ensinar temas como ciências sociais e filosofia.

— Ele imagina que nós, nordestinos, não sejamos de direito capazes de poder ter uma formação filosófica.



Gerardo Magela/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jane de Araújo/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>





Geraldo Magela/Agência Senado

Para Eduardo Gomes, que comandou a sessão em que o teto foi aprovado, iniciativa favorece o consumidor

Consumidor poderá ter celular reserva por defeito

De acordo com projeto aprovado, empréstimo só vale se o aparelho que for para a assistência técnica autorizada estiver dentro da garantia. Benefício deve ser concedido sem ônus para o cliente

O SENADO APROVOU ontem projeto que garante ao consumidor o direito de receber outro telefone celular enquanto seu aparelho estiver na assistência técnica para conserto. O empréstimo só vale para aparelhos que estão dentro do prazo de garantia. Como houve mudanças no texto, o PLC 142/2015 volta à análise da Câmara.

Eduardo Gomes (MDB-TO), que presidiu a sessão, parabenizou o Senado pela iniciativa.

— Essa iniciativa é uma importante conquista do consumidor brasileiro.

Para usufruir do direito à troca, basta apresentar o aparelho defeituoso na assistência

técnica autorizada. O benefício deverá ser concedido livre de ônus ao consumidor, que deverá devolvê-lo nas mesmas condições em que o recebeu.

O projeto da deputada Lauriete (PSC-ES) previa que o aparelho emprestado deveria permitir, no mínimo, receber e fazer chamadas, assim como receber e enviar mensagens. Mas o relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente (CMA), o então senador Flexa Ribeiro, apresentou emenda prevendo que o aparelho deva também permitir acesso à internet, por meio do plano que o consumidor disponha.

De acordo com o relator, o substitutivo da Câmara, acres-

cido da emenda, atende as necessidades do consumidor que se vê obrigado a deixar seu celular para conserto, ainda no período de garantia. As alterações devem ser incluídas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).

O projeto classificava o aparelho celular como produto essencial e, desse modo, garantia sua imediata substituição por um novo equipamento, caso apresentasse defeito. Flexa salienta, contudo, que não existe uma regulamentação sobre os produtos essenciais. O tema é analisado pela Secretaria Nacional do Consumidor, por instituições de defesa do consumidor e pelo setor produtivo.

Habilitação da Susep deve ser exigida de corretor

O Plenário confirmou ontem, após discussão em turno suplementar, a aprovação do relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a um projeto que busca aumentar a segurança de quem usa serviço de corretagem de seguros.

O PLC 7/2013 foi aprovado em primeiro turno no dia 28 de março. Agora a proposta volta para a Câmara.

Conforme o texto da CAE, o exercício da profissão de corretor de seguros dependerá da prévia obtenção de habilitação, a ser concedida pela Superintendência de Seguros

Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Economia, responsável pela regulação do setor de seguros e resseguros. O projeto enumera os documentos necessários para a obtenção da habilitação. A exigência vale também para os corretores já em atividade.

A proposta original, de autoria da Presidência da República, previa a contratação pelos corretores de um seguro obrigatório sobre a sua atividade. O objetivo era garantir ao usuário do serviço reparação de danos eventualmente causados pelo corretor na contratação de seguros.

Mas o relator foi contrário à proposta, argumentando que a imposição poderia gerar consequências negativas para o setor.

“Além de tal medida restringir o mercado de corretagem e importar no aumento do custo do serviço — o que possivelmente caracterizaria uma ofensa ao princípio constitucional da livre iniciativa e da proporcionalidade —, o ambiente de controle exercido pela Susep é suficiente para dar a segurança de que necessitam os usuários”, defende o então relator na CAE, o ex-senador Romero Jucá.

PEC prevê direito a meio ambiente equilibrado

Duas propostas de emenda à Constituição cumpriram mais uma etapa durante a sessão de ontem no Plenário. A PEC 13/2015, que insere no rol de direitos fundamentais do texto constitucional o meio ambiente ecologicamente equilibrado, passou pela terceira sessão de discussão,

em primeiro turno. Após mais duas sessões de discussão, a proposta estará pronta para a primeira votação.

Já a PEC 31/2017 passou pela segunda sessão de discussão, também em primeiro turno. A proposta confere legitimidade ao defensor público-geral federal para propor ação di-

reta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). Do ex-senador Antonio Carlos Valadares, o projeto estende à Defensoria Pública da União direito que já é garantido, por exemplo, à Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef).

Contarato propõe metade de candidaturas por gênero nas eleições legislativas

Projeto para instituir paridade entre homens e mulheres na lista de candidaturas apresentada pelos partidos nas eleições legislativas tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda relatório de Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O texto (PL 1.984/2019), do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), altera a Lei Eleitoral (Lei 9.504, de 1997), determinando que cada partido ou coligação apresentará lista paritária de candidaturas por gênero, ou seja, 50% das vagas para homens e 50% para mulheres. Será permitida, em caso de número ímpar de vagas, a diferença de um integrante.

A legislação prevê o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Se aprovada, a nova lei entrará em vigor na data de publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um

ano após a data do início de sua vigência.

Contarato esclarece que não se trata de incentivar candidaturas falsas, que servem para desviar recursos do financiamento público de campanhas, mas de cumprir a lei.

O senador ressaltou a baixa participação feminina no Legislativo com apenas 77 deputadas e 12 senadoras, muito inferior à média global de 25%. São citados países como França, Argentina, Bolívia, México, Bélgica e Espanha, onde a reserva de vagas em listas tem percentuais que variam de 30% a 50%.

Também foram apontados os casos de maior sucesso no esforço de ampliar a participação feminina na política, em países cujos partidos adotaram cotas de candidaturas para mulheres de modo voluntário, como Suécia, Finlândia e Noruega.

Proposta cria regras e protege cliente contra o abuso na cobrança de dívidas

O projeto que cria regras para a cobrança de dívidas geradas por relações de consumo, para garantir transparência no cálculo e evitar constrangimento ou ameaça por parte dos credores durante o processo de recuperação do crédito, aguarda designação de relator na Comissão de Transparência, onde será analisado em decisão terminativa.

Pelo texto (PL 1.272/2019), de Izalci Lucas (PSDB-DF), os valores cobrados por qualquer meio — impresso, eletrônico ou falado, como uma ligação ou uma mensagem de texto —

deverão ser detalhados, com o montante originário da dívida e cada item adicional explicado. As cobranças feitas por meio telefônico deverão ser gravadas, com a identificação do operador, a data e a hora do contato, e as gravações devem ficar à disposição do consumidor, que pode solicitá-las por até sete dias úteis.

Na justificativa, Izalci argumenta que, geralmente, consumidores desconhecem o que está sendo cobrado e não recebem informações sobre os valores que são agregados ao valor originário.

Paulo Paim alerta para aumento da pobreza no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) comentou ontem dados apresentados pelo Banco Mundial que indicam o aumento da pobreza no Brasil. Segundo o relatório, o número de pessoas que vivem na pobreza subiu 7,3 milhões desde 2014, atingindo 21% ou 43,5 milhões de brasileiros.

Paim destacou o pedido da instituição para que os países da América Latina desenvolvessem, além dos programas estruturais existentes, ferramentas de rede de segurança social que possam apoiar os pobres e os mais vulneráveis durante as crises econômicas.

— Eu vi e ouvi na imprensa que parece que vão assegurar o Bolsa Família com 13%. Eu quero dizer que é uma boa iniciativa. Eu, que faço tantas críticas no contexto geral, nunca personalizo.

Jean Paul critica tratamento de reforma como solução

Jean Paul Prates (PT-RN) criticou ontem o governo por eleger a reforma da Previdência (PEC 6/2019) como a única solução para gerar crescimento econômico. Para ele, é preciso abandonar a ideia de que, apenas com o Estado mínimo e o livre mercado em todos os setores, o Brasil alcançará o desenvolvimento.

O senador enumerou medidas que são apontadas como soluções para a superar a crise, como um novo pacto federativo e a reforma tributária. Para ele, é preciso pensar o Brasil, investindo em infraestrutura, com a melhoria na gestão e o fim das desonerações abusivas a grandes empresas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ex-diretor da Vale diz sobre desastre: não sou onipresente

Gerd Poppinga disse que as empresas da mineradora são aptas para agir de forma autônoma e foi criticado pelos senadores, que questionaram o desconhecimento da diretoria sobre questões importantes

O EX-DIRETOR-EXECUTIVO DE Ferrosos e Carvão da Vale S.A. Gerd Peter Poppinga afirmou na CPI de Brumadinho que está abalado com o rompimento da barragem responsável pela morte de pelo menos 225 pessoas, em 25 de janeiro. Os senadores, no entanto, defenderam que a comoção dos diretores da Vale não resulte em impunidade.

Diretamente ligado à presidência da empresa, Poppinga é um dos dirigentes cujo afastamento foi pedido pelo Ministério Público Federal após a tragédia em Brumadinho (MG). Ele acabou deixando a mineradora no início de março.

Poppinga já responde a ação penal por ser, segundo o Ministério Público, um dos responsáveis pelas decisões da empresa Samarco que levaram ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015. Na abertura da CPI, o ex-diretor afirmou que segurança sempre foi sua prioridade na Vale. Ele disse ter sido autor de iniciativas como a desativação de barragens a montante da mineradora e a criação da Gerência de Risco Geotécnico.

Otto Alencar (PSD-BA) perguntou se Poppinga vai permanecer como interlocutor da Vale, olhando nos olhos das vítimas da tragédia. O senador destacou que, apesar de o rompimento ter devastado a economia de Brumadinho, a Vale nem pagou as multas ambientais aplicadas pelo Ibama. Também lembrou que não houve prisões após a tragédia em Mariana.

— O senhor Gerd responde por homicídio triplamente qualificado, crimes de inundação, desmoronamento, lesões corporais e isso tudo relacionado a três anos atrás. Mesmo assim, sua defesa tenta que o senhor não seja julgado por homicídio doloso. Por muito menos, um pobre passando fome que rouba um mercado para levar comida para sua



Gerd Poppinga debate com os senadores Jorge Kajuru e Carlos Viana

família está na cadeia — disse.

Poppinga respondeu que, por ainda não ter sido julgado, não pode ser considerado culpado do episódio em Mariana. O executivo disse que a Samarco era uma empresa de gestão independente e que nunca foi mencionado nenhum risco relacionado à barragem em Fundão. Em relação a Brumadinho, Poppinga informou que todos os laudos de estabilidade eram positivos.

— Sou absolutamente inocente e confio na capacidade da Justiça — declarou.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse ter a impressão de que a Vale é uma empresa caótica, desorganizada e cuja hierarquia não funciona. Ele criticou o fato de informações sobre os riscos de rompimento da barragem, com repercussões graves para a população e o meio ambiente, não terem chegado ao conhecimento da diretoria-executiva.

Omissão

O relator da CPI, Carlos Viana (PSD-MG), questionou sobre quem eram os responsáveis pelas decisões que deveriam ter sido tomadas para salvar a vida das pessoas atingidas em Brumadinho. Poppinga respondeu que o monitoramento, a manutenção e a operação de cada reservatório é responsabilidade do setor geotécnico local.

O relator também pergun-

tou quem firmou os contratos entre a Vale e a empresa alemã TuvSud. Poppinga disse que a contratação da empresa era supervisionada pelo setor de subsídios da Vale e, portanto, não poderia responder.

— Não posso ser onipresente. Esse caso é semelhante ao de pilotos de aviões que, em situações de emergência, não podem ligar para o presidente da empresa para saber o que fazer. Nossas equipes estão aptas a agirem de forma autônoma.

Metas

Jorge Kajuru (PSB-GO), que conduziu a reunião, questionou Poppinga sobre quem estaria financiando o escritório de advocacia contratado para defender os investigados pela CPI, mas não obteve resposta. Segundo o senador, os honorários da defesa de cada representante da Vale têm custado cerca de R\$ 5 milhões. Kajuru também perguntou se o setor dirigido por Poppinga tinha metas a serem alcançadas ou se visava apenas aos lucros.

O executivo explicou que a empresa tinha metas coletivas associadas aos resultados, metas estratégicas relacionadas à melhoria das vendas e metas específicas, relacionadas a questões de segurança. Poppinga confessou, no entanto, que ele e outros diretores já foram penalizados pela Vale, chegando a receber indicativo zero no quesito segurança.

A ideia foi apresentada em outubro de 2018 pelo cidadão Pedro Carvalho, do Rio de Janeiro. Ele argumenta que, a cada ano eleitoral, as ruas são inundadas com santinhos dos candidatos.

“Além de sujar as ruas, eles entopem bueiros e podem causar inundações em algumas localidades”, justifica.

A iniciativa obteve o apoio de mais de 20 mil internautas

por meio do Portal e-Cidadania. O relator da sugestão foi o senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele explicou que materiais biodegradáveis são cada vez mais utilizados para substituir embalagens de papel ou de plástico.

— Exigir a produção dos santinhos a partir de material biodegradável trará diversos impactos ambientais positivos — afirmou.

Projeto fixa licença ambiental tácita para descumprimento de prazos fixados

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisa o projeto de lei complementar de Marcio Bittar (MDB-AC) que estabelece que o não cumprimento dos prazos para deliberação sobre o pedido de licenciamento ambiental acarretará a emissão tácita da licença pretendida. O PLP 71/2019 está com o relator, Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Na justificativa, Bittar argumenta que muitas obras necessárias para o desenvolvimento econômico acabam sendo inviabilizadas pela demora do licenciamento ambiental provocada pela legislação vigente (Lei Com-

plementar 140, de 2011). “A burocracia e o conjunto de leis ambientais inflexíveis são entraves reais ao desenvolvimento. E pior, não oferecem, de forma eficiente, instrumentos para combater e prevenir acidentes ambientais”, afirma.

— O investidor brasileiro ou estrangeiro se planeja, faz um financiamento e os órgãos ambientais não têm data, não têm limite para poder emitir a licença para que a atividade econômica aconteça. Há um prazo de seis meses, mas, vencido os seis meses, nada acontece. É daí que Belo Monte passou mais de sete anos para acontecer — destacou o senador.

Kajuru condena fake news e apoia CPI dos Tribunais

Jorge Kajuru (PSB-GO) protestou contra notícias falsas divulgadas nas redes sociais sobre seu voto em relação ao parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) contra a criação da CPI dos Tribunais Superiores.

Segundo o senador, as redes sociais informaram que ele votou a favor, o que é *fake news*. Para Kajuru, o Brasil precisa começar a condenar quem espalha notícias falsas.

— É brincadeira, não é? Fui o primeiro a assinar duas vezes o requerimento de criação da CPI. Eu ajudei o Alessandro Vieira [Cidadania-SE], autor do requerimento, a reunir e a colher assinaturas. Ele de um lado do Plenário e eu de outro — disse o senador.

Lasier quer regime fechado para crime hediondo

Lasier Martins (Pode-RS) pediu apoio para a aprovação da proposta, de autoria dele, que prevê regime exclusivamente fechado para quem pratica crime hediondo (PEC 47/2019). Ao lamentar um assalto seguido de morte ocorrido na quarta-feira em Estância Velha (RS), o senador criticou os regimes aberto e semiaberto para o cumprimento desse tipo de crime.

— A criminalidade no Brasil se tornou muito fácil, o criminoso não tem mais o que temer. Hoje ele passa muito pouco tempo na cadeia e volta a delinquir.

Styverson defende prevenção a drogas e álcool nas escolas

O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) anunciou ontem a apresentação de projeto que cria a Política Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas. Segundo o senador, o PL 2.157/2019 busca promover um estilo de vida saudável, por meio de ações de prevenção, orientação e tratamento de jovens.

— Por que esse capitão tem tanta raiva da droga? Porque, como policial, eu vi o que ela pode fazer. Vi bem próximo o que o álcool pode fazer no trânsito, o que o crack pode fazer na vida de um jovem. Não é nada legal.

Girão anuncia operação contra aborto ilegal

Eduardo Girão (Pode-CE) anunciou a Operação Nascimento, deflagrada na quarta-feira pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, por meio do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), em Manaus e no Rio de Janeiro, contra um médico e a mulher dele, por prática de aborto.

O senador disse que acompanhou outra operação, há dez anos, sobre uma clínica no Rio e no Ceará que teria realizado 25 mil abortos.

— Defendemos não apenas a vida daquela criança inocente, mas defendemos também a vida das mulheres.

Comissão aprova “santinhos” de material biodegradável

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem uma sugestão legislativa que determina o uso de material biodegradável para a produção de impressos usados nas campanhas eleitorais, conhecidos como santinhos.

Com a aprovação pela CDH, a SUG 6/2019 começa a tramitar no Senado como um projeto de lei.

Ministro quer reestruturar carreiras militares

O projeto encaminhado ao Congresso pelo governo Bolsonaro é “superavitário, autossustentável e fiscalmente responsável”, segundo o general Fernando Azevedo e Silva

A PROPOSTA DE reestruturação das carreiras e pensões dos militares encaminhada pelo governo ao Congresso é “superavitária, autossustentável e fiscalmente responsável”, disse o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, em audiência ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O ministro defendeu o PL 1.645/2019 — que aumenta o soldo dos militares — das críticas que recebeu pelo fato de o governo tê-lo enviado com as propostas de reestruturação da carreira e de reforma da Previdência das Forças Armadas.

O general destacou pontos da reforma, como o aumento do tempo de serviço de 30 para 35 anos, fazendo com que o limite de idade para que um militar seja transferido para a inatividade seja aumentado em todos os postos da carreira. Também citou o reajuste nas alíquotas previdenciárias, de 11% para 14%, e o fato das contribuições serem universalizadas, incluindo as pensionistas. Além disso, a reforma da Previdência torna mais rígidas as regras para a inclusão de dependentes e tem outras diretrizes visando ao aumento das receitas, com a redução de efetivos e a substituição de militares por temporários, destacou.

— O projeto foi costurado desde 2016 em parceria com o Ministério da Economia. Com as receitas extras que incluímos e o corte nas despesas, nos primeiros anos o superavit será de R\$ 2 bilhões. Em dez anos, passará de R\$ 10 bilhões e, em 20 anos, será de mais de R\$ 23 bilhões — afirmou.

O general lamentou pela MP 2.215-10, editada em 2001, que reestruturou a carreira das Forças Armadas. Segundo ele, a medida fez com que coronéis que foram para a reserva depois de 2001, por exemplo, passassem a ganhar 30% a menos que seus colegas que foram para a reserva antes da edição da MP.

— A MP nos afeta muito até hoje, por ter subtraído os principais direitos adquiridos da categoria, como a promoção automática dos militares que passam para a reserva, os adicionais por tempo de serviço e o auxílio-moradia — disse.

Defasagem

O ministro também comparou os proventos recebidos na carreira militar com os de outras carreiras do Executivo. Os números apontam defasagem aos militares de nível superior, se comparados com carreiras do mesmo nível na Polícia Federal, na Receita, no Itamaraty ou mesmo de gestores do Ministério do Planejamento.

— Isso também é consequência da MP 2.215 e de recomposições insuficientes nos anos posteriores. Por isso, é importante que o Congresso esteja atento para a reestruturação da carreira militar. Também é nossa missão estarmos atentos para a pirâmide de baixo: 45% do efetivo recebe menos que dois salários mínimos, e somados aos cabos, o quadro é que 58% dos militares ganham no máximo quatro salários mínimos.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) pediu a Azevedo e Silva que reforce as assessorias parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado, com dados sobre a defasagem salarial da categoria para ajudar na votação da reestruturação.



Carlos Baptista Junior, chefe das Forças Armadas, ministro Azevedo e Silva, e Nelsinho Trad, presidente da CRE

Teto de gastos para defesa poderá ser revisto, afirma gestor da pasta

A Emenda Constitucional 95, promulgada em 2016 e que congelou por 20 anos os investimentos no setor público, poderá ser revista para a área da defesa, defendeu o ministro da pasta, general Fernando Azevedo e Silva, durante a audiência na CRE.

Azevedo e Silva explicou que os principais contratos em vigor no âmbito da pasta foram assinados antes da vigência da emenda. Na lista, estão o programa de desenvolvimento de submarinos (Prosub), a construção de corvetas e o programa estratégico Guarani, que trata da aquisição e desenvolvimento de mais modelos de viaturas blindadas, entre outros programas estratégicos tocados pela pasta.

— Praticamente todos os nossos contratos de vulto foram estabelecidos antes da emenda constitucional. São contratos com empresas internacionais, mas muitos com empresas nacionais também. Com as entregas, é óbvio que os dispêndios orçamentários aumentam. Por enquanto essa diferença é pequena, mas ao longo dos anos vai crescer, é um quadro preocupante. Tenho certeza que o atual governo vai visualizar uma medida — afirmou.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) disse que o atual orçamento na área de defesa corresponde a 1,48% do produto interno bruto (PIB), um índice muito inferior ao que é verificado internacionalmente. Se nada for mudado

na vigência do teto de gastos, o Brasil estará dispendendo apenas 0,85% do PIB com defesa em 2032, argumentou.

Para o ministro, seria “suficiente, embora abaixo do ideal” se o país puder destinar 2% do PIB para defesa. Acrescentou que nesses cálculos estão incluídas todas as despesas, inclusive o pagamento de pessoal, que vão além dos projetos estratégicos da pasta.

O general ainda informou que os gastos com custeio das Forças caíram pela metade de 2011 até hoje, pois a rubrica passou de R\$ 8 bilhões naquele ano para R\$ 4 bilhões em 2019. Acrescentou também que os projetos estratégicos preveem a construção de quatro submarinos e quatro corvetas nos próximos anos,

o que considerou pouco para o tamanho do mar territorial do Brasil. O primeiro desses submarinos já foi entregue, mas os outros três estão atrasados. Outro projeto que está com grande atraso, disse, é a entrega dos caças Gripen, prevista agora para começar somente em 2021.

Azevedo e Silva também anunciou como prioridade de sua gestão a reestruturação das Forças. O efetivo será reduzido em 10% e mais militares de carreira passarão a ser substituídos por militares temporários.

— Os temporários têm um custo bem mais baixo, pois não tem uma cauda de proteção social, uma Previdência. Ficam no máximo oito anos e prestam um serviço relevante.

Azevedo e Silva descarta intervenção do Brasil contra crise na Venezuela

O Brasil apoia o governo interino encarregado da Venezuela, na figura do presidente da Assembleia Nacional daquele país, Juan Guaidó, mas é contra qualquer intervenção ou interferência na nação vizinha, disse o ministro Fernando Azevedo e Silva.

O general também garantiu que esta é a posição do presidente da República, Jair Bolsonaro, e que o governo ainda aposta numa solução pacífica para a crise política naquele país, “algo que tem que acontecer”. O ministro da Defesa garantiu ao senador Telmário Mota (Pros-RR) que a “diplomacia militar” continua a ser mantida com a Venezuela, pois o país mantém um adido militar no Brasil e um oficial daquele país também realiza um curso no Brasil, o qual, por sua vez, mantém

adidos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na Venezuela, “que são acionados sempre que avaliamos necessário”.

O ministro da Defesa também defendeu o recente acordo de salvaguardas tecnológicas assinado pelo governo com os Estados Unidos, relacionado à exploração comercial da Base de Alcântara, no Maranhão. Ele garantiu que o acordo não fere a soberania nacional e não afeta o desenvolvimento do programa espacial brasileiro.

— Rússia e China têm acordos semelhantes com os Estados Unidos. Esse tipo de parceria é necessária porque 85% dos satélites e foguetes lançados no mundo contêm algum componente norte-americano e eles necessitam proteger as patentes e marcas deles. Se o acordo não for aprovado no Congresso, a Base de

Alcântara se tornará apenas uma base aérea militar. Os recursos que conseguirmos com o acordo não poderão ser utilizados no desenvolvimento de mísseis de longo alcance, mas para todo o resto do programa espacial estará liberado. Só em 2019 o setor espacial gerará riquezas de US\$ 350 bilhões. É nesse mercado que vamos entrar — disse.

Azevedo e Silva garantiu que o acordo não impede que o Brasil feche parcerias posteriormente com nações como a China, ficando vedados apenas os países classificados tanto pelo Brasil quanto pelos EUA como patrocinadores do terrorismo.

Guadalupe

O ministro da Defesa foi indagado por Jaques Wagner (PT-BA) sobre o assassinato

do músico Evaldo Rosa dos Santos, domingo, no Rio de Janeiro. O automóvel da família de Evaldo, onde estava uma criança de 7 anos, foi atingido por mais de 80 tiros de fuzil disparados por dez militares na região de Guadalupe, na Zona Norte da cidade. Azevedo e Silva classificou o caso como “um incidente lamentável” e defendeu a condenação e punição aos culpados, após a investigação da Justiça Militar.

O ministro disse também ter ouvido de Jair Bolsonaro que eventuais operações de garantia da lei e da ordem só ocorrerão em sua gestão “em último caso”. Para Azevedo e Silva, os militares recebem uma formação e treinamento que são distintos do cenário de operações existente no estado do Rio, que passou por intervenção no ano passado.

Jovem condenado pode perder direito a atenuante

Segue para o Plenário projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos que exclui o benefício para quem cometer crimes entre os 18 e os 21 anos de idade

JOVENS DE 18 a 21 anos condenados por crimes podem perder o direito a benefícios previstos na lei penal. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que elimina do Código Penal os atenuantes para quem comete crimes nessa faixa etária.

O PLC 140/2017 já tinha sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seguiria para análise do Plenário, mas os senadores acataram requerimento do ex-senador Lindbergh Farias, pedindo a análise também pela CDH. Com o parecer da comissão, o texto está pronto para ir a Plenário.

A proposta exclui do artigo



Lucas Barreto acompanha Arolde de Oliveira apresentar o relatório

65 do Código Penal o fato de o agente do delito ser menor de 21 anos como circunstância que atenua a pena. Assim, apenas pessoas com mais de

70 anos poderão beneficiar-se do atenuante.

Já no artigo 115, permanece a redução de metade dos prazos de prescrição apenas

quando o criminoso for, na data da sentença, maior de 70 anos. A previsão de redução dos prazos quando o criminoso for, ao tempo do crime, menor de 21 anos é eliminada.

A proposta, de autoria do ex-deputado Wagner Rubinelli, também permite que o menor vítima de crime, na faixa de 16 a 18 anos, tenha o direito de prestar queixa na polícia mesmo sem estar representado por uma pessoa maior de idade.

Requerimento

O relator do projeto, senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ), afirma que as alterações ao Código Penal — tanto as revogações das atenuantes quanto

a permissão aos adolescentes para prestar queixa — respondem à tese de que os menores de 21 e maiores de 18 anos não precisam ter benefícios penais em razão da idade, porque são indivíduos capazes e completamente formados, como reconhece o Código Civil (Lei 10.406, de 2002).

“Dessa forma, se o infrator da lei, maior de 18 e menor de 21 anos de idade, por presunção legal, é plenamente capaz de entender o caráter ilícito de seus atos, tanto no âmbito civil quanto na seara penal, deve responder da mesma forma que os maiores de 21 anos, não se justificando mais a concessão dos benefícios”, argumenta o senador no relatório.

Informação sobre deficiência deverá constar em B0

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que determina a obrigatoriedade do registro de informação sobre condição de deficiência da vítima de violência doméstica no registro do boletim de ocorrência.

Da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), o PLC 96/2017 inclui na Lei Maria da Penha a obrigatoriedade de registrar informação sobre a condição preexistente de pessoa com deficiência na mulher vítima de violência ou ainda se a violência sofrida causou o surgimento ou o

agravamento da condição.

O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) leu o relatório da senadora Rose de Freitas (Pode-ES) sobre a proposta. O documento destaca dados da ONG Essas Mulheres que mostram que 68% das denúncias de violência contra pessoas com deficiência se referem a mulheres, número que salta a 82% quando se trata de violência sexual. A ONG também sustenta que muitas mulheres deficientes encontram barreiras na comunicação da violência, e que, mesmo quando são entendidas, frequentemente

têm seu depoimento desqualificado, sobretudo se possuem deficiência intelectual.

“Já vulneráveis em função da cultura e das instituições tradicionais, as mulheres com deficiência estão ainda mais expostas à covardia machista”, argumenta.

O projeto segue agora para análise do Plenário.

A comissão aprovou também requerimento do senador Lucas Barreto (PSD-AP) para a realização de audiência sobre justiça restaurativa, que busca recursos para crianças e adolescentes.

Violência doméstica pode impedir agressores de assumir cargos públicos

Uma iniciativa de combate à violência contra a mulher está em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PL 1.950/2019 determina que pessoas condenadas por violência doméstica e familiar, contra a mulher, não podem assumir cargos públicos até que cumpram a pena determinada pela Justiça.

Autor do projeto, Romário (Pode-RJ) explica que a lei não é suficiente para evitar

casos de violência contra a mulher, então é preciso adotar medidas para desestimular potenciais agressores.

“Todas essas iniciativas têm o objetivo de dar um recado bastante claro: nossa sociedade não vai aceitar como normal esse tipo de crime”, avisou o senador em um post no Twitter. Depois da CDH, o projeto terá votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Projeto de lei garante isenção de taxas para idosos em viagens interestaduais

Idosos que fazem viagens interestaduais de ônibus gratuitamente podem ter o benefício ampliado. O senador Confúcio Moura (MDB-RO) apresentou um projeto que estende a gratuidade das viagens às tarifas de pedágio e de utilização de terminais, como as taxas de embarque. O PL 1.892/2019 está na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O Estatuto do Idoso garante duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois

salários mínimos (R\$ 1.996). O senador observa, no entanto, que a gratuidade não é obedecida.

“Os idosos têm o seu direito tolhido ou limitado quando precisam arcar com custos adicionais, como tarifas de embarque e pedágios. Esta proposição busca eliminar a interpretação equivocada de que a gratuidade no sistema de transporte coletivo interestadual para os idosos não abarca custos outros que não o do próprio bilhete de passagem”, diz Confúcio.

Avança saque do FGTS para prótese de dependente

Projeto que autoriza o trabalhador a sacar o FGTS para comprar órteses e próteses para dependentes com deficiência foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e agora segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador Romário (Pode-RJ) foi o relator do PL 1.232/2019, da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

A lei que regulamenta o FGTS (Lei 8.036, de 1990) autoriza o saque caso o próprio traba-

lhador com deficiência tenha prescrição médica que indique o uso de órtese ou prótese. O projeto estende o benefício aos dependentes. Para Romário, a medida promove acessibilidade e inclusão social.

— Se uma prótese ou órtese for condição necessária para que o trabalhador ou seu dependente goze de inclusão social, é plenamente justo que aquela família possa usar seus recursos para adquirir o aparelho que tanta diferença fará no

dia a dia. Não seria nada justo que uma família não pudesse satisfazer sua mais elementar necessidade de acessibilidade em razão de uma dificuldade desnecessária criada pelo Estado — disse.

Mara acompanhou a votação. Na justificativa, ela lembra que o trabalhador já pode sacar o FGTS para o tratamento de dependente acometido de câncer, portador do vírus HIV ou em estágio terminal causado por doença grave.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Bruno Martinello, do TCU, faz pronunciamento em audiência pública comandada por Rodrigo Cunha (3º à dir.)

Debatedores lamentam obras paradas em creches

De acordo com dados apresentados ontem em audiência pública na Comissão de Transparência, das 8.824 novas creches e escolas previstas desde 2007, apenas 1.428 foram efetivamente entregues

DAS MAIS DE 8.800 creches e escolas que deveriam ter sido construídas desde 2007 no país, pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil, menos da metade foi finalizada e pouco mais de 1.400 foram entregues.

Isso significa que, no mínimo, 1,2 milhão de bebês e crianças não puderam ser matriculados na rede pública, porque as vagas não foram abertas. O diagnóstico foi feito por especialistas em audiência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) ontem.

As creches e pré-escolas foram financiadas com recursos da União, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas contratadas pelos municípios, que recebiam os recursos por meio de convênios até 2012.

De acordo com o diretor de Auditoria de Políticas Sociais e Segurança Pública da Controladoria-Geral da União (CGU), José Paulo Barbieri, até março de 2017, das 8.824 creches pactuadas, 3.482 foram concluídas, sendo que 2.708 tinham todos os serviços executados e 1.478 estavam em funcionamento. Outras 710 estão abandonadas, ou seja, o contrato foi encerrado sem finalizar a obra.

Se todas as creches e pré-escolas pactuadas tivessem sido concluídas, alertou, mais de 1,8 milhão de vagas teriam sido abertas, número próximo aos 2,3 milhões de vagas necessárias para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), de matricular 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches e 100% de crianças de 4 e 5 anos em escolas infantis. Com as 1.478 unidades em funcionamento, só foram ofertadas 600 mil novas vagas, um terço do que havia sido projetado.

Contratação

Para tentar incrementar o número de creches, no fim de 2012, o FNDE mudou o processo de contratação, que deixava a licitação e o gerenciamento da obra a cargo dos municípios, para um método diferenciado, a partir de projetos e processos padronizados de construções com materiais distintos dos tradicionais cimento e tijolo.

Com as especificações adotadas, apenas quatro empresas foram habilitadas no país, e as contratações das obras foram assumidas pelo FNDE, explicou o secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do TCU, Bruno Martinello.

O resultado foi desastroso: das 3.500 obras pactuadas por esse método, apenas 121 foram entregues, ou 3% do

total, segundo dados da CGU. Posteriormente, o FNDE cancelou essas obras e hoje só faz a contratação pelo “método tradicional”. Mas nenhuma empresa sofreu punições ou devolveu recursos porque nem municípios nem FNDE assumem a responsabilidade pela fiscalização.

— Como o FNDE fez a contratação, liberou os recursos, não puniu as empresas e, quando os dirigentes são questionados por isso, dizem que não é obrigação deles, é dos municípios que contrataram? — questionou o procurador do Ministério Público Federal Filipe Siviero.

Os participantes da audiência frsaram a importância do controle social sobre as obras públicas. Isso facilitaria a implantação do controle externo contemporâneo, com ações integradas entre o Judiciário e os órgãos de controle do país, como frisou o presidente da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Túlio Nogueira

Na opinião do presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), a união de forças e a cobrança da população e dos órgãos de fiscalização poderão fazer diferença para que o erro não se repita.

— Só vamos passar a evoluir e transformar este país quando todos entenderem o poder do controle social.

Votação de relatório sobre a criação da NAV Brasil será terça

Em busca de entendimento em torno de pontos sensíveis, como reaproveitamento de funcionários da Infraero e reajuste de tarifas, a comissão mista da medida provisória que cria a Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil), adiou para terça-feira, às 9h, a votação do relatório do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

A MP 866/2018 autoriza o Executivo a criar a NAV Brasil a partir da cisão parcial da Infraero. A nova estatal terá o objetivo de administrar e operar a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea. A NAV Brasil ficará vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, e terá sede no Rio de Janeiro.

O relatório foi apresentado na terça-feira e seria votado ontem, mas, segundo o relator, alguns pontos estão sendo negociados.

— Duas emendas, em relação ao indexador do reajuste das tarifas e em relação ao passivo da Infraero, têm ainda um pedido mais incisivo. O governo não conseguiu me dar uma resposta a tempo e eu pedi esse adiamento ao presidente para tentar alguma negociação — explicou Flávio.

O deputado Paulo Ramos

(PDT-RJ) considera fundamental o reaproveitamento de funcionários da Infraero que não serão incluídos nos quadros da NAV Brasil. A estatal deverá receber imediatamente em seus quadros cerca de 2 mil funcionários que trabalham especificamente com navegação aérea.

A ideia defendida pela oposição é que o restante desses funcionários fosse incorporado em um quadro provisório da administração pública federal direta, em caso de extinção, de privatização ou de incapacidade da Infraero de gerar receita suficiente para custear suas despesas, em decorrência da concessão dos aeroportos.

Emendas

Das 15 emendas, 13 foram rejeitadas e 2 foram acatadas parcialmente. Uma delas sugere redação para expressar que a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo, de responsabilidade da Aeronáutica e do Ministério da Defesa.

A outra elimina a previsão de que o reajuste anual das tarifas de navegação aérea será feito pelo IPCA. O senador considerou inadequado fixar logo o índice. O artigo passará a prever a periodicidade anual do reajuste.



Deputado Mauro Lopes e o relator da MP, senador Flávio Bolsonaro

Análise de MP que abre aéreas a capital estrangeiro é adiada

A reunião de ontem da comissão mista que analisa a Medida Provisória 863/2018 foi adiada para a semana que vem. O presidente do colegiado, deputado Wellington Roberto (PR-PB), agendou o próximo encontro para terça-feira, às 14h30.

A medida provisória abre o setor aéreo ao capital estrangeiro, hoje limitado em 20%. O texto revoga as exigências do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA — Lei 7.565, de 1986), que estabelece, como critérios para a exploração de serviços aéreos públicos,

que a companhia tenha sede no Brasil, com direção exclusivamente brasileira e com 80% do capital social nacional.

Na última reunião da comissão, na terça-feira, o relatório foi apresentado e houve pedido de vista dos senadores Jean Paul Prates (PT-RN) e Zenaide Maia (Pros-RN), contrários à proposta do Executivo.

O relator é o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que é a favor da medida e rejeitou todas as 21 emendas apresentadas ao texto.

Texto permite “adoção” de escolas por senadores

Senadores poderão adotar simbolicamente uma ou mais escolas públicas de educação básica, participando de atividades cívicas e educativas com alunos e professores. É o que determina o projeto de Confúcio Moura (MDB-RO) que cria o Programa Senado Educador, destinado a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Na justificativa de seu projeto (PRS 21/2019), o senador argumenta que o Poder Legislativo precisa tomar uma ação mais proativa em matérias educacionais, diante das graves deficiências do ensino brasileiro, como

instalações inadequadas das escolas, recursos didáticos precários e baixos salários dos professores. Ele contrastou as “aspirações de desenvolvimento do nosso povo” com as baixas colocações do país em avaliações internacionais de desempenho estudantil.

A iniciativa simbólica de adoção de escolas terá um alcance “bem maior do que o senso comum é capaz de perceber”, segundo o senador. Em entrevista ao programa *Argumento*, da TV Senado, Confúcio disse que a presença do político na escola contribuirá para reduzir a desconfiança na qualidade do ensino

público e estimular o debate parlamentar sobre educação. Ele mencionou os exemplos de ex-senadores como Darcy Ribeiro, João Calmon e Marta Suplicy, que deram ênfase à educação em seus mandatos.

— Esse envolvimento de uma fração de senadores, que possa dar atenção a uma escola, fará o senador assumir compromissos. Já há missionários políticos que fazem isso por conta própria — declarou.

O projeto tramita na Comissão de Educação (CE). Mecias de Jesus (PRB-RR) apresentou requerimento para audiência na Comissão Senado do Futuro sobre o tema.

Banco Mundial: meta exige dobrar obras de saneamento

Segundo especialista da instituição financeira internacional ouvido sobre MP, o Brasil precisará criar novas formas de financiamento para o setor, com inclusão da iniciativa privada e aumento de tarifas

O BRASIL PRECISA duplicar o investimento em água e esgoto nos próximos anos para atender as necessidades de universalização do serviço de saneamento. E, para isso, segundo o especialista do Banco Mundial Marcos Thadeu Abicalil, precisará criar novas formas de financiamento para o setor, com a inclusão da iniciativa privada e o aumento das tarifas. Abicalil participou de audiência na comissão mista da medida provisória que altera o marco legal do saneamento básico no país.

O colegiado que analisa a MP 868/2018 é presidido pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) e tem o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como relator. Atualmente, o país investe 0,2% do produto interno bruto (PIB) em água e esgoto.

O especialista defendeu a entrada do setor privado para contornar a restrição fiscal de estados e municípios. Isso mudaria a realidade brasileira, já que hoje 95% do serviço é prestado por empresas públicas. Para Abicalil, sem revisão do valor das tarifas, o setor não será capaz de dobrar o investimento sem fazer aumento linear. Segundo ele, hoje os pobres pagam uma conta, proporcionalmente, mais cara



Tasso Jereissati (4º à esq.) é relator da comissão, que ouviu Abicalil (D)

que a do restante da população.

De acordo com o representante do Projeto Infra2038 (um fórum de profissionais ligados à infraestrutura), Frederico Turolla, no atual cenário, só é possível falar em universalização dos serviços de água e esgoto no horizonte de séculos.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Alessandro Tetzner, destacou que a entidade não é contrária ao investimento privado no setor, mas afirmou que a MP abre a porta para que a iniciativa privada opte apenas pelos municípios rentáveis, deixando para as atuais companhias municipais e estaduais os lugares problemáticos.

Para o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Rodrigo

Pagani de Souza, a obrigação de realizar chamamento público implica a supressão da autonomia e da discricionariedade da autoridade pública, pois os municípios não poderão escolher se desejam ou não continuar delegando os serviços. Souza também apontou que, pela medida, o dispositivo que prevê o chamamento só entrará em vigor em dezembro, o que contraria os critérios de urgência e relevância para a edição de MPs.

— Há uma inconstitucionalidade formal. O assunto deveria ter sido encaminhado por meio de projeto de lei ao Congresso.

Na opinião do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), o setor público não tem recursos para bancar a universalização do saneamento e precisa de aportes da iniciativa privada.

Governo descarta municipalização da saúde indígena

O secretário Especial de Saúde Indígena, Marco Antonio Toccolini, afastou a possibilidade de municipalização do atendimento médico aos índios. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, criticou a intenção manifestada pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de extinguir a secretaria especial (Sesai) e de municipalizar os serviços.

— Municipalizar a saúde, neste momento, para nós é declarar um genocídio, porque os municípios nem estão preparados nem querem atender os

povos indígenas. O ministério reviu a intenção após manifestações contrárias. Que agora ele mantenha sua última posição.

Para Sônia Guajajara, há um desmonte da política indigenista no governo de Jair Bolsonaro. Ela apontou a transferência das demarcações de terras indígenas do Ministério da Justiça para o da Agricultura e a mudança da Funai para a pasta dos Direitos Humanos como exemplos do "desarranjo para o enfraquecimento das estruturas de apoio aos indígenas no Brasil".

A líder indígena destacou a importância não apenas de se manter a Sesai, mas também

todo o subsistema de atenção que hoje permite o atendimento médico dentro e fora das aldeias.

Toccolini afastou a possibilidade de transferir para os municípios a responsabilidade sobre a saúde indígena.

— Ninguém imagina que a proposta de municipalização possa voltar. Com certeza o ministro da Saúde também não.

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) afirmou que o governo deve fiscalizar a atuação de ONGs nas aldeias.

— Fico feliz de saber que a Sesai vai continuar, mas o governo tem que tomar conta, sim, das barbaridades que a gente sabe, dos desvios de dinheiro. Há ONGs internacionais que usam os índios para captar dinheiro lá fora, mas o dinheiro não chega a eles — disse.

A audiência na CDH foi pedida por lideranças kayapó, que estiveram com o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS) em março, pedindo apoio para a defesa de seus direitos, sobretudo quanto ao acesso à saúde e à demarcação de territórios.



Toccoli, Ana Lúcia Pontes, Paim e Sonia Guajajara ouvem Alisson dos Santos

Relator é favorável a medida que cria a Região Metropolitana do Distrito Federal

O deputado José Nelto (Pode-GO) apresentou ontem voto favorável à medida provisória que viabiliza legalmente a criação de uma região metropolitana envolvendo o Distrito Federal e municípios de Minas Gerais e Goiás. O relatório foi apresentado na comissão mista que analisa o tema, e o presidente do colegiado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), deu vista coletiva para que os parlamentares tenham tempo para avaliar o texto.

A MP 862/2018 altera o Estatuto da Metrôpole para permitir que o DF integre região metropolitana com municípios limítrofes. Para isso, será necessária a aprovação de lei complementar pelas assembleias legislativas dos estados envolvidos e pela Câmara Legislativa do DF.

O relator concordou com o argumento do governo de que uma região metropolitana pode oferecer instrumentos de utilidade à governança.

— É evidente a influência que o DF exerce sobre os municípios limítrofes, tendo servido de motivação para a criação e expansão acelerada de muitos desses espaços. O crescimento, no entanto, não

foi acompanhado de planejamento, integração regional eficaz e suporte de serviços adequados à população.

O relator apresentou emenda atribuindo à União a responsabilidade de suplementar 20% dos recursos do Fundo Constitucional do DF para a implantar e manter a região metropolitana. Os recursos devem ser administrados conjuntamente pelos entes federativos.

Restrições

Apesar de definir que os recursos serão suplementados pela União, a iniciativa provocou protestos de parlamentares do DF. Eles têm restrições a mudanças no Fundo Constitucional e querem discutir mais a questão.

As alterações feitas pelo relator no texto da medida resultaram num projeto de lei de conversão. Depois de votado pela comissão, será encaminhado aos Plenários da Câmara e do Senado.

— Trata-se de uma matéria complexa, porque ninguém quer perder. Todos querem ganhar. Com esse pedido de vista, estou pronto a discutir com os três governadores e as três bancadas — disse Nelto.



José Nelto, Rodrigo Pacheco e o vice-governador do DF, Paco Britto

Izalci defende ações de estímulo ao turismo no país

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu ontem a adoção de medidas para aumentar o turismo no Brasil, que recebe, anualmente, 6 milhões de visitantes estrangeiros.

O senador sugeriu a "divulgação de boas notícias" sobre o país. Outra medida seria aumentar a concorrência no setor aéreo. O senador é favorável à abertura total do capital das companhias aéreas brasileiras para investidores estrangeiros.

— Temos um déficit da balança comercial de turismo de quase US\$ 12 bilhões e com coisas maravilhosas que nenhum país tem.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paulo Rocha: plataforma traz segurança ao Pará

A importância de implantar uma plataforma flutuante de segurança na região do Arquipélago do Marajó (PA) foi destacada ontem por Paulo Rocha. Segundo o senador, a embarcação abrigará órgãos de fiscalização como Receita Federal, Ibama, PM, Polícia Federal e Marinha.

A obra é reivindicada pelo Movimento Todos na Mesma Canoa e tem o apoio do governo do Pará e da bancada do estado no Congresso.

— Vai ser a solução para a gente poder impedir o tráfico de drogas e mercadorias, que traz insegurança às grandes cidades.



Gerardo Magela/Agência Senado